



MAI

MAI AMBIENTE

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

PROCEDIMENTO:	CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 20.º DO CCP
---------------	--

PREÇO BASE:	232.200,00€ (DUZENTOS E TRINTA E DOIS MIL E DUZENTOS EUROS)
-------------	---

OBJETO CONTRATUAL:	" FINANCIAMENTO POR LOCAÇÃO FINANCEIRA DA AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA PESADA DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS"
--------------------	--

ÍNDICE

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Artigo 1.º Identificação do Procedimento	4
Artigo 2.º Entidade Adjudicante	4
Artigo 3.º Decisão de Contratar	5
Artigo 4.º Categoria e Descrição do Objeto do Concurso	5
Artigo 5.º Concorrentes.....	5
Artigo 6.º Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento	5
Artigo 7.º Esclarecimentos e Retificações das Peças do Procedimento.....	6
Artigo 8.º Erros e Omissões do Caderno de Encargos	6
Artigo 9.º Preço Base.....	7
CAPÍTULO II PROPOSTAS.....	8
Artigo 10.º Disposições gerais	8
Artigo 11.º Documentos que Constituem a Proposta.....	8
Artigo 12.º Indicação de preço	10
Artigo 13.º Apresentação de Propostas Variantes.....	10
Artigo 14.º Idioma dos Documentos da Proposta	10
Artigo 15.º Modo de apresentação das Propostas	11
Artigo 16.º Prazo para a apresentação das Propostas	11
Artigo 17.º Obrigação de Manutenção da Proposta.....	11
Artigo 18.º Alteração e/ou Retirada da Proposta	11
CAPÍTULO III ADMISSÃO E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	11
Artigo 19.º Admissão e exclusão das propostas	12
Artigo 20.º Esclarecimentos sobre as Propostas	12
Artigo 21.º Critério de Adjudicação	12
Artigo 22.º Consultores e Estudos de apoio à decisão.....	13

Artigo 23.º Relatório Preliminar	13
Artigo 24.º Audiência Prévia.....	14
Artigo 25.º Relatório Final	14
Artigo 26.º Notificação da decisão de adjudicação.....	14
CAPÍTULO IV HABILITAÇÃO	15
Artigo 27.º Documentos de Habilitação	15
Artigo 28.º Idioma dos Documentos de Habilitação.....	16
Artigo 29.º Não Apresentação dos Documentos de Habilitação	16
Artigo 30.º Falsidade de Documentos e Declarações	17
Artigo 31.º Caução	17
CAPÍTULO V CONTRATO	18
Artigo 32.º Minuta do contrato	18
Artigo 33.º Não Outorga do contrato	18
CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS	19
Artigo 34.º Legislação Aplicável.....	19
Artigo 35.º Despesas e Encargos	19
Artigo 36.º Prevalência.....	19
ANEXO I Modelo de declaração	20
ANEXO II Modelo de Declaração	21
ANEXO III Declaração	22

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Identificação do Procedimento

1. O presente procedimento é designado por “” FINANCIAMENTO POR LOCAÇÃO FINANCEIRA DA AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA PESADA DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS”.
2. A escolha do procedimento para a celebração de contrato cujo **preço base global será de 232.200,00 € (duzentos e trinta e dois mil e duzentos euros)** seguirá a tramitação do concurso público, com publicação internacional, nos termos da alínea a) do n.º 1 artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O pagamento do preço contratual, conforme especificações técnicas do Caderno de Encargos, será efetuado pela entidade locadora adjudicatária à seguinte empresa “**SOMA, SA**”.
4. A entrada inicial será de 42.800,00€, regra de indexação Euribor a 12 meses/360 e spread máximo de 0,51%, e uma TAEG de 4,23% para um prazo contratual de 60 meses (5 anos), e um valor residual de 1€.
5. O referido prazo estipulado permite acomodar no orçamento previsional da Maiambiente, os encargos com as prestações mensais a pagar ao adjudicatário, durante a vigência do contrato.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

Para efeitos do presente procedimento, a entidade adjudicante é a Maiambiente, EM, com sede na Rua 05 de Outubro, n.º 359, freguesia de Milheirós, concelho da Maia.

Artigo 3.º

Decisão de Contratar

A decisão de contratar relativa ao presente procedimento foi tomada pelo Conselho de Administração da Maiambiente, ao abrigo do disposto no artigo 36.º do CCP, na sua reunião de **18 de julho de 2024**.

Artigo 4.º

Categoria e Descrição do Objeto do Concurso

A classificação CPV respeitante ao objeto do presente concurso é a seguinte: **(CPV): 66114000-2 (serviços de leasing financeiro)**, conforme previsto no Regulamento (CE) nº 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007.

Artigo 5.º

Concorrentes

1. Podem apresentar propostas no âmbito do presente procedimento todas as pessoas, singulares ou coletivas, que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
2. Podem ser concorrentes no presente procedimento agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
3. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

Artigo 6.º

Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento

1. As peças que instruem o procedimento são o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos, e respetivos Anexos.
2. As peças do procedimento encontram-se disponíveis na Unidade Administrativa e Compras, onde podem ser consultadas pelos interessados, durante as horas normais de expediente (9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h), desde a data de publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Durante a consulta das peças do procedimento não é permitida a reprodução de quaisquer documentos por cópia, fotografia ou processo semelhante, nem neles fazer qualquer inscrição.
4. As peças do procedimento serão ainda disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov em <http://www.acingov.pt>
5. O presente procedimento será integralmente disponibilizado a todos os interessados, na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingo.pt>, disponibilizada pela empresa ACIN – iCloud Solutions, Lda, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.
6. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o

download das peças do procedimento. Para ter acesso à plataforma da AcinGov, deverá efetuar o registo no endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>.

7. Para concluir o registo deverá seguir os passos do formulário, e no final enviar a documentação solicitada para a AcinGov.
8. Não é necessário o interessado efetuar o processo de registo para ter acesso, no caso de o mesmo já ser utilizador da mesma.

Artigo 7.º

Esclarecimentos e Retificações das Peças do Procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados, por escrito, ao Júri, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo ser sempre indicado no assunto a referência do procedimento.
2. Os esclarecimentos serão prestados por escrito pelo Júri até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Poderá proceder-se à retificação oficiosa de erros ou omissões das peças do procedimento, nos termos e no prazo previstos no número anterior.
4. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento patentes para consulta, procedendo-se à notificação de todos os interessados que as tiverem adquirido.
5. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 8.º

Erros e Omissões das Peças do Procedimento

1. Os interessados poderão apresentar, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões detetadas nas peças do procedimento, nos termos previstos nos n.ºs 1 a 4 do artigo 50.º do CCP.
2. É competente para decidir sobre os erros e omissões identificadas e respetivo suprimento o órgão competente para a decisão de contratar, devendo tal decisão ser proferida até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, considerando-

se rejeitados todos os que não forem expressamente aceites.

3. As listas apresentadas pelos interessados, bem como a decisão sobre as mesmas, serão publicadas na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo a decisão ser notificada a todos os interessados que tiverem adquirido as peças do procedimento.
4. Os suprimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos, sendo estes últimos expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar nos termos do n.º 2, constituem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
5. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.

Artigo 9.º

Preço Base

1. Para efeitos do n.º 1 do artigo 47.º do CCP, o preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela operação de financiamento por locação financeira (leasing) para aquisição de uma viatura pesada RSU é de **232.200,00 € (duzentos e trinta e dois mil e duzentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. No preço base acima descrito está incluído para a presente operação de locação financeira (leasing):
 - O valor de locação de uma viatura pesada RSU no montante de 214.000,00€, cujo serviço será pago em 60 prestações mensais, entrada inicial de 42.800,00€ e um valor residual de 1€;
 - Taxa Anual Efetiva Global (TAEG) de 3,32%, indexada à Euribor 12 meses/360 e Spread máximo de 0,51%.
3. O preço a apresentar tem de incluir todos os custos, encargos ou despesas associadas ao objeto contratual cuja responsabilidade não seja expressamente atribuída à Maiambiente.

CAPÍTULO II

PROPOSTAS

Artigo 10.º

Disposições gerais

1. Na proposta, os concorrentes manifestam a sua vontade de celebrar o contrato e indicam

os termos pelos quais se dispõem a fazê-lo.

2. Quaisquer encargos relativos à elaboração da proposta, incluindo estudos e outras atividades com elas conexas, são suportados pelos respetivos interessados.

Artigo 11.º

Documentos que constituem a Proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) “DCEUP” – Documento Único Europeu de Contratação Pública, em conformidade com Anexo I;
 - b) Declaração do Banco de Portugal a autorizar a instituição de crédito ou sociedade financeira a celebrar contratos de locação financeira;
 - c) Documentos que contenham os atributos da proposta, onde sejam indicados os seguintes elementos:
 - i) Taxa anual efetiva global (TAEG) da operação de financiamento, calculada de acordo com o disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei. nº 220/94, de 23 de agosto, arredondada à milésima;
 - ii) Valor total da operação de financiamento, correspondente ao somatório das rendas, do valor residual e outros encargos, comissões e prestações que devam ser pagas pelo Locatário, discriminadas na simulação referida na subalínea i) da alínea d) do presente número, expresso em algarismos e por extenso, o qual não pode exceder o preço base previsto no presente Programa do Concurso;
 - iii) Para efeitos do cálculo da TAEG exigida nas alíneas anteriores, os concorrentes deverão considerar uma taxa EURIBOR a 12 (doze) meses/360 publicada no site www.emmi-benchmarks.eu, com referência ao dia da publicação do anúncio do presente concurso no Diário da República e Jornal Oficial da União Europeia;
 - d) Documentos que contenham os termos ou condições relativas a aspetos de execução do contrato não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que os concorrentes se vinculem, designadamente no que respeita a:
 - i) Indicação do valor de cada renda, mensal e postecipada, com entrada inicial de **232.200,00 € (duzentos e trinta e dois mil e duzentos euros)** e com o valor residual de 1€ (um euro), devendo ser apresentada de forma discriminada a simulação das mesmas, com e sem a inclusão do IVA, expresso em algarismos e por extenso, bem como do valor dos juros e de outros encargos incluído nas mesmas;
 - ii) Indicação do valor (percentagem) relativo à taxa de juro indexante considerada (Euribor 12 Meses/360);

- iii) Indicação do “*Spread*” aplicado sobre o indexante, na operação de financiamento;
 - iv) Indicação do critério para a determinação da taxa de juro aplicável em situações de mora, bem como o critério para a sua determinação, se for o caso, bem como a indicação dos encargos decorrentes do incumprimento;
 - v) Indicação da inexistência de quaisquer outros encargos, comissões e outras prestações que devam ser pagas ao locatário em conexão direta com a operação de financiamento, quer se apresentem como condição para a celebração do respetivo contrato, quer como consequência deste ou da sua execução, para além dos discriminados na subalínea ii);
 - vi) Indicação da aceitação das condições de cobertura de riscos por via da contratação de seguros, nomeadamente quanto à auto assunção do risco de danos próprios pela Maiambiente, no que respeita aos bens adquiridos através da presente operação de financiamento;
 - vii) As condições aplicáveis no caso de reembolso antecipado do crédito;
 - viii) As condições de pagamento (que, em conformidade com o disposto na Cláusula 6.ª do Caderno de Encargos, corresponde às rendas mensais postecipadas);
 - ix) Prazo de Execução;
- e) Condições gerais e condições particulares do contrato de locação financeira, incluindo as condições do seguro obrigatório a subscrever pela Maiambiente, conforme Caderno de Encargos.
- f) Indicação do código de acesso para consulta eletrónica da Certidão da Conservatória do Registo Comercial (Certidão Permanente) ou apresentação da mesma, atualizada e em vigor.
2. Integram, também, a proposta quaisquer outros documentos que os concorrentes apresentem nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 3 do Artigo 57.º do CCP, podendo os mesmos especificar aspetos relativos, nomeadamente, à identificação de mais-valias, novas tecnologias e/ou inovações a aplicar, bem como soluções ambientalmente mais adequadas e/ou energeticamente mais eficientes, evidenciadas, por exemplo, por certificações legais.
 3. Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados pelo concorrente ou por representante legal que tenha poderes para o obrigar, com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
 4. No caso da apresentação de proposta por um agrupamento, os documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, devendo ser juntos à mesma os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 12.º
Indicação de preço

1. O preço constante da proposta é indicado em algarismos e por extenso, com arredondamento às centésimas, não incluindo o IVA.
2. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles prevalecem sempre os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Artigo 13.º
Apresentação de Propostas Variantes

1. Não é admissível a apresentação de propostas variantes.
2. Para efeitos do número anterior, são variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos de execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas aos termos expressamente admitidos pelo Caderno de Encargos

Artigo 14.º
Idioma dos Documentos da Proposta

Os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, sendo que a documentação apresentada em língua estrangeira deverá ser acompanhada de tradução devidamente legalizada, para língua portuguesa.

Artigo 15.º
Modo de apresentação das Propostas

1. Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov em <http://www.acingov.pt>, até às **18:00h do 30º (trigésimo) dia a contar da data de envio para publicação do anúncio no Diário da República e Jornal Oficial da União Europeia**, assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos interessados um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. Os interessados devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data e hora referidas no n.º 1 do presente artigo.
4. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos interessados um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
5. A proposta deve ser assinada eletronicamente pelo concorrente ou seus representantes,

mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.

6. A proposta deve ser assinada eletronicamente pelo concorrente ou seus representantes, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 16.º

Prazo para a apresentação das Propostas

1. A proposta e os documentos que a constituem deverão ser apresentados **até às 18:00h do 30º (trigésimo) dia a contar da data de envio para publicação do anúncio no Diário da República e Jornal Oficial da União Europeia, assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.**
2. A proposta e respetivos documentos consideram-se apresentados no momento da sua submissão na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 65.º e 70.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. Nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do CCP, o prazo fixado para a apresentação das propostas é contínuo, não se suspendendo nos Sábados, Domingos e Feriados.

Artigo 17.º

Obrigação de Manutenção da Proposta

Os concorrentes ficam obrigados a manter a sua proposta durante um período de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 18.º

Alteração e/ou Retirada da Proposta

1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os concorrentes podem retirar a proposta que tenham apresentado, bastando para o efeito comunicar tal facto à entidade adjudicante.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

CAPÍTULO III

ADMISSÃO E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 19.º

Admissão e exclusão das propostas

1. A apresentação e admissão da proposta fica sujeita ao prévio registo dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.
2. A proposta é analisada em todos os seus atributos, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 70.º do CCP.
3. É excluída a proposta caso se verifique qualquer das hipóteses previstas no n.º 2 do artigo 70.º ou no n.º 2 do artigo 146.º, ambos do CCP.

Artigo 20.º

Esclarecimentos sobre as Propostas

1. Poderão ser solicitados aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que se considerem necessários para efeitos da sua análise e avaliação.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante da respetiva proposta, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinem a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. Nos termos do n.º 3 do artigo 72.º do CCP, o júri pode solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo, designadamente:
 - a) A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a

comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da candidatura ou da proposta, incluindo as declarações dos anexos i e v ao Código dos Contratos Públicos;

b) A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;

c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a candidatura ou a proposta, as quais podem ser supridas através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos já submetidos.

4. O Júri pode também proceder à retificação oficiosa de erros contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido, nos termos do n.º 4 do artigo 72.º do CCP.
5. Os pedidos do júri previstos neste artigo assim como as respetivas respostas serão disponibilizadas na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, sendo desse facto imediatamente notificados todos os concorrentes.

Artigo 21.º

Critério de Adjudicação

1. A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade **monofator, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP**, na modalidade da avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, em função da mais baixa Taxa Anual Efetiva Global (TAEG) apresentada.
2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado o seguinte critério de desempate:
 - a) Realização de um sorteio presencial, com observância das regras seguintes:
 - c)1 - A data, hora e local do sorteio a realizar será notificado, juntamente com o Relatório Final, aos concorrentes empatados;
 - c)2 - Do sorteio realizado será lavrada uma ata, que será assinada pelos elementos do júri presentes e pelos concorrentes, ou seus representantes legais;
 - c)3 - Após a realização do sorteio, será elaborado um novo Relatório Final com a ordenação final das propostas e a respetiva proposta de adjudicação, anexando-se à mesma a ata do sorteio.

Artigo 22.º

Consultores e Estudos de apoio à decisão

1. O júri poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de

relatórios técnicos no âmbito da análise e avaliação das propostas.

2. As deliberações do Júri poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, casos em que tais documentos instruirão os respectivos relatórios que para eles remeterão.

Artigo 23.º

Relatório Preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas que se encontrem nalguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º e no n.º 2 do artigo 146.º, ambos do CCP.
3. Do relatório preliminar constará referência aos esclarecimentos sobre as propostas prestados pelos concorrentes.

Artigo 24.º

Audiência Prévia

Elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o a todos os concorrentes mediante publicação na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, podendo estes pronunciar-se sobre o mesmo, por escrito e no prazo de cinco dias úteis, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Artigo 25.º

Relatório Final

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 70.º e no n.º 2 do artigo 146.º, ambos do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Artigo 26.º

Notificação da decisão de adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada simultaneamente a todos os concorrentes, através da plataforma eletrónica indicada nos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário será igualmente notificado:
 - a) Para apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no presente Programa do Concurso e no artigo 81.º do CCP;
 - b) Para se pronunciar sobre a minuta do contrato;
 - c) Para confirmar, no prazo de dez dias, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - d) Para confirmar e comprovar, no prazo de dez dias, a constituição do consórcio externo a que se refere o n.º 3 do artigo 5.º do Programa do Concurso, caso aplicável.

CAPÍTULO IV

HABILITAÇÃO

Artigo 27.º

Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, em suporte digital, através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, no prazo de 10 dias após a notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** ao presente Programa do Concurso;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, designadamente os seguintes:
 - i. Certificado de Registo Criminal, com indicação do fim a que se destina – Contratação Pública (no caso de se tratar de pessoas coletivas, o referente aos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência), que comprove que o adjudicatário não incorre nomeadamente nos impedimentos previstos nas alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - ii. Documento comprovativo de que se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

- iii. Documento comprovativo de que se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, ao Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
2. Para além dos documentos referidos no n.º 1, o adjudicatário deverá ainda apresentar uma declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo III** ao presente Programa do Concurso, a que se refere a cláusula 7.ª do Caderno de Encargos.
 3. Quando os documentos previstos no presente artigo se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário, em substituição da apresentação da sua reprodução, poderá indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos delas constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
 4. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos indicados no n.º 1 do presente artigo devem ser apresentados de acordo com as regras previstas no n.º 4 do artigo 11.º.
 5. O adjudicatário deverá proceder à imediata substituição dos documentos de habilitação sempre que se verifique a caducidade dos anteriormente entregues.
 6. A Maiambiente pode, sempre e quando necessário, exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
 7. O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.
 8. Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário são disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.

Artigo 28.º

Idioma dos Documentos de Habilitação

1. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 29.º

Não Apresentação dos Documentos de Habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no presente Programa do Concurso;
 - b) Redigidos em língua portuguesa ou, nos casos expressamente previstos no presente Programa do Concurso, acompanhados de tradução devidamente legalizada.
2. A adjudicação caduca igualmente no caso de incumprimento do prazo previsto no n.º 6, ou de violação do disposto nos n.ºs 4 e 5 do Artigo 27.º do presente Programa do Concurso.
3. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, para que este, no prazo de 5 dias, se pronuncie, por escrito, sobre as causas invocadas e os termos do seu eventual suprimimento.
4. Quando as situações previstas nos números 1 a 3 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, será concedido, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
5. Nos casos previstos nos números 1 a 3 e em caso de violação do prazo previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 30.º

Falsidade de Documentos e Declarações

Sem prejuízo da participação às entidades competentes para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de quaisquer documentos de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, sendo aplicável o disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo anterior.

Artigo 31.º

Caução

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, no presente procedimento não é exigível a prestação de caução, por se tratar de valor inferior a 500.000,00 €.

CAPÍTULO V

CONTRATO

Artigo 32.º

Minuta do contrato

1. Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do Artigo 26.º, a minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação e é notificada pelo mesmo ao adjudicatário com referência aos ajustamentos propostos que resultem de exigências de interesse público e que não sejam suscetíveis de alterar a ordenação das propostas constante do relatório final.
2. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subseqüentes à respetiva notificação.

Artigo 33.º

Não Outorga do contrato

1. A adjudicação caduca nos seguintes casos:
 - a) Se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Se, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 3 do Artigo 5.º.
2. Se, por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 104.º do CCP, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente tenha incorrido com a elaboração da proposta.
3. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário pode, em alternativa, exigir judicialmente a celebração do contrato.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34.º

Legislação Aplicável

Em tudo o que não estiver previsto no presente Programa do Concurso, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente os seguintes diplomas:

- a) Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual;
- b) Código do Procedimento Administrativo;
- c) Demais legislação aplicável.

Artigo 35.º
Despesas e Encargos

As despesas e encargos inerentes à celebração do contrato são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 36.º
Prevalência

O presente Programa do Concurso e respetivo Caderno de Encargos prevalecem sobre o anúncio do procedimento no que com eles for desconforme.

ANEXO I

Modelo de declaração Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

[a que se refere a alínea a) n.º 1 da cláusula 11.º do presente programa do procedimento e n.º 6 do artigo 57.º do CCP]

O DEUCP encontra-se disponível no endereço:

<https://ec.europa.eu/tools/espd/filter?lang=pt>

Os concorrentes devem completar o seu preenchimento com as informações que lhe digam respeito, para o efeito deverão escolher as seguintes opções:

- a) “Sou um operador económico”;
- b) “Importar um DEUCP”;
- c) “Carregar documento” – seleccionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante;
- d) Seleccionar o país do concorrente;
- e) Preencher o DEUCP com as informações exigidas e aplicáveis ao presente procedimento;
- f) Descarregar o ficheiro em formato PDF e, em seguida, proceder à assinatura eletrónica do documento e apresentado juntamente com os restantes documentos que constituem a proposta.

ANEXO II

Modelo de declaração

(a que se refere o Artigo 81.º do CCP)

1. ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sitio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo de participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local, data e assinatura (5)]

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»